

## BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

### SISTEMA BNDES

#### Relatório da Administração – Sistema BNDES 1º Semestre de 2016

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BNDES relativos ao semestre encerrado em 30 de junho 2016, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

### AMBIENTE MACROECONÔMICO

O quadro geral da atividade econômica brasileira é de continuidade do ciclo recessivo, que, de acordo com o CODACE (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da FGV) foi iniciado no 2T14. Contudo, há indícios de que o início de uma recuperação pode estar mais próximo. O PIB apresentou uma ligeira desaceleração do ritmo de queda no 1T/16, variando -0,3% ante o trimestre anterior com ajuste sazonal, e -5,4% ante o 1T15. Os sinais de recuperação vêm, sobretudo, dos setores mais voltados para o comércio internacional. Por outro lado, a crise no setor de serviços e no consumo das famílias apresenta maior resiliência, relacionada principalmente com o mau desempenho do mercado de trabalho nos meses mais recentes.

Nesse sentido, pelo lado da oferta, a atividade industrial viu seu índice de produção recuar para níveis de 2009, acumulando queda de 9,5% nos 12 meses até maio, puxada principalmente pela queda de 26,9% da produção de bens de capital. Todavia, alguns indicadores já apontam para um possível ponto de inflexão para o setor. A depreciação cambial em relação ao dólar provocou crescimento da produção em setores cuja atividade exportadora é mais relevante, como os têxteis, os calçados, o de madeira e papel e celulose, além de possibilitar a substituição de importações na produção de bens intermediários. Além do efeito cambial, a indústria se beneficiou da redução dos custos de energia no período mais recente. O setor de serviços, por sua vez, apresentou fraco desempenho, refletindo a fragilidade da demanda interna. O setor teve o quinto recuo trimestral consecutivo, liderado pelas atividades de comércio e transporte.

Pelo lado da demanda, a crise se mostra mais forte na absorção doméstica do que nas exportações líquidas. A absorção doméstica variou -2,1% no 1T16 em relação ao trimestre imediatamente anterior (feito o ajuste sazonal) e -10,2% em relação ao 1T15, refletindo principalmente os impactos negativos do desempenho do mercado de trabalho sobre o consumo das famílias. Esse componente da demanda agregada intensificou sua queda, atingindo, nas vendas no varejo, inclusive o segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que costuma apresentar maior resiliência em relação ao ciclo econômico. Por outro lado, o consumo do governo apresentou alta de 1,1% no trimestre, refletindo seu elevado grau de rigidez.

O investimento é o componente da demanda que mais foi afetado pela crise. No 1T16, seu indicador apresentou a 11ª queda consecutiva entre trimestres. Em comparação com o 1T15, a perda foi de 17,5%. Qualquer chance de recuperação do investimento no curto prazo é dificultada pelo baixo grau de utilização da capacidade da indústria e da depreciação cambial, que encarece a importação de máquinas e de equipamentos.

O desempenho ruim da absorção interna da economia brasileira vem sendo parcialmente compensado pela evolução das contas externas. A taxa de câmbio apresentou movimento de depreciação no 2S15 e de apreciação neste ano, acompanhando as flutuações do risco-país. A depreciação acumulada, associada com a fragilidade da demanda interna, contribuiu com um superávit comercial recorde em maio da ordem de US\$ 6,4 bilhões. De janeiro a junho, o superávit comercial acumulou US\$ 23,6 bilhões, influenciado tanto pela tendência de crescimento de exportações – seja da quantidade exportada, seja dos preços dos produtos – quanto da redução das importações. De janeiro a junho, as exportações acumularam US\$ 90,2 bilhões, e as importações, US\$ 66,6 bilhões. A melhora do saldo comercial afetou positivamente o saldo em transações correntes, cujo déficit de US\$ 6,0 bilhões de janeiro a maio de 2016 foi bastante inferior ao déficit de US\$ 35,3 bilhões no mesmo período do ano anterior.

No 1T16, as condições do mercado de trabalho permaneceram em ritmo acelerado de deterioração. A taxa de desemprego, na média móvel trimestral encerrada em maio, atingiu 11,2%, 3,2 p.p. acima da taxa observada no mesmo período do ano anterior. O rendimento médio real retraiu 2,7% em maio/2016 ante o mesmo mês do ano anterior, o que contribuiu para que a massa salarial retrocedesse 3,3% na mesma base de comparação, situando-se no mesmo patamar de 3 anos atrás. Cabe destacar ainda que, no período jan-mai de 2016, foram encerradas mais de 458 mil vagas formais.

A inflação medida pelo IPCA mostrou tendência de desaceleração ao longo do ano, variando de 10,71% no acumulado de 12 meses até janeiro para 8,84% na mesma base de comparação referente ao mês de junho. Contudo, o índice continua bastante acima do teto da banda de variação da meta de inflação definida pelo Copom (6,5%). A desaceleração é possibilitada pelo desempenho dos preços administrados, que vêm subindo com menor intensidade nos últimos meses, e pela desinflação de serviços, liderada, especialmente, pela distensão do mercado de trabalho. Por outro lado, os preços livres apresentam ligeira alta apesar da fraqueza da demanda doméstica, devido à elevação do preço dos alimentos, e dos efeitos defasados da depreciação cambial.

### DESTAQUES NO 1º SEMESTRE DE 2016

#### Mudança na Alta Administração

Em junho, Maria Sílvia Bastos Marques assumiu a presidência do BNDES, no lugar de Luciano Coutinho. Maria Sílvia é mestre e doutora em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, graduada em Administração Pública e tem uma longa carreira como executiva nos setores público e privado.

Também assumiu uma nova Diretoria, composta por sete diretores, entre empregados de carreira e executivos do mercado.

#### Acordos, Memorandos e Outros

- Acordo de cooperação técnica entre o BNDES e o Ministério da Defesa para o desenvolvimento da indústria de defesa no Brasil com o objetivo de desenvolver uma base industrial de defesa.
- Acordo de Cooperação Técnica com a Controladoria Geral da União (CGU) com o compromisso, de ambas as partes, em ceder insumos para atividades de ensino, compartilhamento de treinamentos e cursos de capacitação e cooperação para o aprimoramento do programa de integridade do BNDES.
- Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, uma iniciativa coordenada pelo Instituto Ethos, baseado na Convenção da ONU contra a Corrupção, na Carta de Princípios de Responsabilidade Social, no 10º princípio do Pacto Global e nas diretrizes da OCDE.

#### Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)

Ingresso do BNDES na ENCCLA, um grupo que reúne cerca de 70 órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos níveis federal e estadual, além da sociedade civil com o objetivo de traçar metas e estabelecer ações de políticas públicas para impedir crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

#### Séries Históricas

Divulgação, no site, de informações financeiras do Sistema BNDES no modelo de séries históricas em planilha excel. Ver BNDES Transparente/Canais de Atendimento/Relações com Investidores.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

Os desembolsos do BNDES alcançaram R\$ 40,1 bilhões no 1S16, uma queda de 42% em relação ao 1S15. As consultas e as aprovações, etapas anteriores aos desembolsos, passam por uma fase de acomodação, sugerindo possível recuperação no nível de atividade da economia. No 1S16, as consultas, no total de R\$ 56,4 bilhões, tiveram recuo de 1% em termos nominais, na comparação com o 1S15, indicando desaceleração no ritmo de queda. Já as aprovações, que vinham apresentando declínios sucessivos, reagiram e registraram aumento 1% no 1S16, atingindo R\$ 43,9 bilhões, também a preços correntes.

As consultas e aprovações são estágios que apontam o comportamento futuro dos desembolsos do BNDES, por isso, é importante observá-los. A tendência desses indicadores se tornarão mais nítida nos próximos meses, quando já refletirão as novas políticas operacionais (POs) do BNDES, atualmente em revisão. Conforme já sinalizado pela Diretoria, as POs abrirão maior espaço para a complementação de financiamentos com mecanismos de mercado.

#### Política Operacional

Desde o início de 2016, com a revisão das políticas operacionais, o BNDES oferece melhores condições de taxa e nível de participação para setores considerados prioritários (inovação, infraestrutura, energias renováveis, transporte público de massa, transporte hidroviário e ferroviário, saneamento e melhoria da gestão pública), projetos de meio ambiente, investimentos sociais das empresas, e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). A revisão incluiu, ainda, a manutenção do uso de referenciais de custo de mercado nos financiamentos e a possibilidade de atuação de outras fontes no financiamento de longo prazo. Nesse sentido, a possibilidade de aumento de participação, utilizando referenciais de mercado do BNDES, que era de até 90%, foi reduzida para até 80%, garantindo-se, assim, o *funding* para execução do projeto, concomitante ao estímulo à utilização de outras fontes de financiamento.

Para os setores prioritários, o referencial de custo financeiro é a TJLP, atualmente em 7,5% ao ano. Para outros setores, uma parcela do financiamento permanece em TJLP, combinada com referenciais de custo de mercado. Com isso, o Banco mantém o suporte firme ao conjunto das empresas brasileiras, sustentando e ampliando a realização de investimentos, e seu alinhamento às diretrizes de racionalizar a utilização de recursos determinadas pelo Governo Federal.

A Linha de Inovação, cujo objetivo é apoiar o aumento da competitividade por meio de investimentos em inovação compreendidos na estratégia de negócios da empresa, contemplando ações contínuas ou estruturadas para inovações em produtos e processos, além do aprimoramento das competências e do conhecimento técnico no país, manteve condições financeiras diferenciadas, com remuneração básica do BNDES abaixo das demais Linhas (1%) e custo financeiro de 100% TJLP, com 80% de participação.

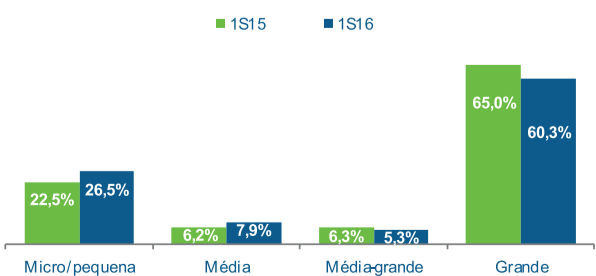
As MPMEs contam com financiamentos referenciados à TJLP, e, independente do setor, são apoiadas com uma condição única: 100% de TJLP e participação de 80%.

O BNDES manteve o estímulo a maior presença de instrumentos de mercado na concessão de crédito de longo prazo, com a continuidade do Programa de Incentivo à Emissão de Debêntures, que permite o aumento de participação em TJLP, em determinadas Linhas, em contrapartida à emissão de debêntures pelo beneficiário de projeto em análise no BNDES.

As POs encontram-se atualmente em processo de revisão e terão como foco projetos que gerem externalidades positivas e impacto social, a serem financiados, majoritariamente, pela TJLP, a utilização da taxa Selic como custo principal dos financiamentos, isonomia de condição para agentes similares a fim de estimular a produtividade agregada da economia brasileira, garantia de acesso a pequenas empresas sem acesso a crédito, estímulo ao financiamento privado, quando cabível, e, não menos importante, a simplificação das políticas de financiamento.

#### Perfil dos Desembolsos

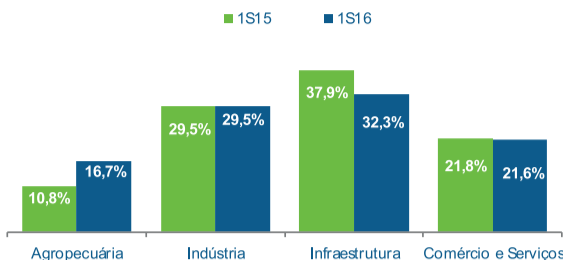
Desembolsos por Porte (R\$ milhões)



Classificação por porte segundo a receita operacional bruta:  
Micro – até R\$ 2,4 milhões  
Pequena – até R\$ 16 milhões  
Média – até R\$ 90 milhões  
Média-grande: até R\$ 300 milhões  
Grande: acima de R\$ 300 milhões

Foram realizadas 312 mil operações com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) no 1S16, o equivalente a 96% do total de operações do Banco. O Cartão BNDES, instrumento de crédito destinado especificamente às empresas de menor porte, com liberações de R\$ 3,3 bilhões e 243 mil operações, contribuiu para o resultado.

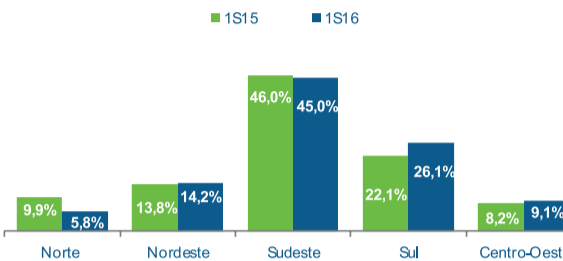
Desembolsos por Setor (R\$ milhões)



No 1S16, destacam-se, no setor industrial, os desembolsos aos segmentos de material de transporte (36,2%) e alimentos e bebidas (12,2%), enquanto, no setor de infraestrutura, destacam-se os segmentos de transportes\* (49,0%) e energia elétrica (35,4%).

\*Inclui transportes rodoviário (terrestre de carga e passageiro), aquaviário, aéreo, metroviário e ferroviário e concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos

Desembolsos por Região (R\$ milhões)



No 1S16, destaque, em suas respectivas regiões, para: Bahia (38,9%), Pará (57,7%), São Paulo (53,6%), Paraná (41,2%) e Mato Grosso (39,0%).

### FINANCIAMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais e da última Matriz Insumo-Produto (2005) divulgados pelo IBGE. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume médio de emprego necessário para viabilizar os investimentos.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em dois tipos:

- emprego direto – aquele que ocorre no setor que fornece produtos da formação bruta de capital fixo para os projetos apoiados pelo Banco, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e no comércio; e
- emprego indireto – corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelos investimentos apoiados.

Emprego Gerado ou Mantido na Implantação de Investimentos Apoiados pelo BNDES

(desembolsos e aumento de demanda final em R\$ milhões correntes e emprego em milhares de postos de trabalho)

Período	Desembolso	Aumento de demanda final <sup>1</sup>	Emprego		Total
			Direto	Indireto	
1S/15	68.770	61.557	688	570	1.258
1S/16	40.124	32.539	407	304	711

Fontes: BNDES, IBGE e FGV.

<sup>1</sup> Consiste em uma estimativa da parcela de recursos desembolsados que representam aumento de demanda de setores para a implantação dos investimentos. Volume de recursos que alimenta o MGE.

No 1S16, os desembolsos do Sistema BNDES somaram cerca de R\$ 40 bilhões e representaram cerca de R\$ 32,5 bilhões de aumento de demanda final durante a implantação dos projetos de investimento. O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi cerca de 711 mil. A queda de 43% desse indicador em relação ao resultado do 1S15 (1,2 milhão) reflete a redução de 42%, em termos nominais, no volume desembolsado pelo BNDES no mesmo período de comparação.<sup>1</sup>

Em relação à composição por tipo de emprego, a primeira metade de 2016 apresentou resultados similares aos do mesmo período de 2015, com 57% compostos por empregos diretos e 43% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia subiu ligeiramente de 20,4 em 2015 para 21,8 em 2016, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados também não sofreu alterações significativas.

Os setores que concentram as estimativas de emprego durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES são: i) construção civil; ii) comércio; iii) agricultura, silvicultura e exploração florestal; iv) pecuária e pesca; e v) serviços prestados às empresas. Somados, os empregos nesses setores corresponderam, em 2016, a cerca de 65% do total estimado para os recursos do BNDES.<sup>2</sup>

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### O 1º Semestre de 2016

O Sistema BNDES registrou prejuízo líquido de R\$ 2.174 milhões no 1S16, em contraste ao lucro líquido de R\$ 3.514 milhões do 1S15. Essa queda foi determinada pelo aumento das despesas com provisões, tanto da carteira de crédito quanto da carteira de participações societárias, que alcançaram R\$ 9.589 milhões no 1S16 contra R\$ 1.635 milhões no 1S15.

#### Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado	R\$ milhões, exceto percentuais					
	1S/16	1S/15				
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(2.174)</b>	<b>3.515</b>				
Produto da Intermediação Financeira	12.235	9.770				
Provisão para Risco de Crédito	(4.438)	(480)				
Participações Societárias	(4.907)	105				
Despesas Tributárias	(3.721)	(4.779)				
Outras Despesas, líquidas	(1.343)	(1.101)				
<b>Posição Financeira</b>	<b>jun/16</b>	<b>dez/15</b>	<b>Δ (%)</b>	<b>jun/16</b>	<b>jun/15</b>	<b>Δ (%)</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>935.223</b>	<b>930.576</b>	<b>0,5</b>	<b>935.223</b>	<b>911.453</b>	<b>2,6</b>
Carteira de Crédito e Repasses, líquida (CC)	646.924	695.378	(7,0)	646.924	667.625	(3,1)
Títulos e Valores Mobiliários <sup>1</sup>	109.394	105.051	4,1	109.394	110.396	(0,9)
Participações Societárias	58.797	52.388	12,2	58.797	68.324	(13,9)
Créditos perante o Tesouro Nacional	6.177	7.834	(21,2)	6.177	27.227	(77,3)
Caixas e equivalentes de caixa	82.116	35.403	131,9	82.116	16.099	410,1
Outros Ativos	31.815	34.521	(7,8)	31.815	5.683	459,8
<b>Recursos de Terceiros</b>	<b>898.347</b>	<b>899.583</b>	<b>(0,1)</b>	<b>898.347</b>	<b>873.424</b>	<b>2,9</b>
Tesouro Nacional	524.872	523.737	0,2	524.872	521.115	0,7
FAT/PIS-Pasep	260.766	254.397	2,5	260.766	240.115	8,6
Outros Fontes Governamentais	29.279	33.043	(11,4)	29.279	28.827	1,6
Captações Externas	45.637	56.543	(19,3)	45.637	46.165	(1,1)
Debêntures BNDESPAR	3.669	3.554	3,2	3.669	3.324	10,4
Outras Obrigações	34.124	28.309	20,5	34.124	33.878	0,7
<b>Patrimônio Líquido (PL)</b>	<b>36.876</b>	<b>30.993</b>	<b>19,0</b>	<b>36.876</b>	<b>38.029</b>	<b>(3,0)</b>
PL/AT	3,94%	3,33%	18,4	3,94%	4,17%	(5,5)
<b>Limites Prudenciais</b>	<b>jun/16</b>	<b>dez/15</b>	<b>jun/16</b>	<b>jun/15</b>		
Índice de Basileia	16,1%	14,7%	16,1%	17,0%		
Índice de Capital Principal	10,7%	9,8%	10,7%	11,3%		
Índice de Capital Nível I	10,7%	9,8%	10,7%	11,3%		
<b>Índices de Crédito</b>	<b>jun/16</b>	<b>dez/15</b>	<b>jun/16</b>	<b>jun/15</b>		
Índice de Inadimplência (30 dias)	1,38%	0,06%	1,38%	0,05%		
Índice de Inadimplência (90 dias)	0,19%	0,02%	0,19%	0,03%		
Provisão / Carteira Total (CC)	1,35%	0,67%	1,35%	0,53%		
Índice de Cobertura (30 dias) <sup>2</sup>	1,0	10,9	1,0	11,7		
Índice de Cobertura (90 dias) <sup>2</sup>	7,1	30,6	7,1	16,8		
<b>Rentabilidade<sup>2</sup></b>	<b>1S/16</b>	<b>1S/15</b>				
ROA (Retorno sobre ativos)	-0,23%	0,39%				
ROE (Retorno sobre patrimônio líquido)	-5,43%	8,44%				

<sup>1</sup> Exceto participações em sociedades não coligadas, classificadas em "Participações Societárias".

<sup>2</sup> Provisão / créditos inadimplentes

<sup>3</sup> Excluídos os ajustes a valor justo dos ativos (líquidos de efeitos tributários no caso do ROE).

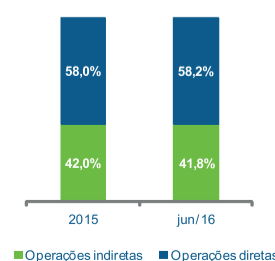
#### Operações de Crédito e Repasses

Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, caso das operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, caso das operações de repasses.

A carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito de R\$ 8.873 milhões, totalizou R\$ 646.924 milhões em 30/6/16, correspondente a 69,2% do ativo total na mesma data.

A redução de R\$ 48.454 milhões (7,0%) da carteira líquida no semestre foi influenciada pelas quedas de R\$ 26.205 milhões (20,1%) da carteira em moeda estrangeira provocada pela depreciação de 17,8% do Dólar no semestre e de R\$ 18.603 milhões da carteira em moeda nacional, impactada pela redução da carteira do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), encerrado em 31/12/15. Somam-se a estes fatores a queda na demanda por recursos e o aumento de R\$ 4.186 milhões da provisão para risco de crédito.

#### Perfil da Carteira Bruta de Crédito e Repasses



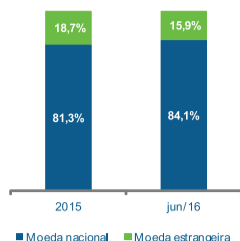
Sobre as operações de repasses não é cobrado spread de risco e sim uma taxa de intermediação financeira entre 0,1% e 0,5%, a depender do porte do cliente. Nessas operações, o risco é da instituição financeira repassadora dos recursos do BNDES.

<sup>1</sup> No final de 2015, as estimativas do Modelo de Geração de Empregos do BNDES foram revistas devido a melhorias metodológicas. Atualmente o modelo incorpora a nova metodologia do Sistema de Contas Nacionais do IBGE e a Matriz Insumo-Produto de 2005. Optou-se por não mais considerar nas estimativas do BNDES o emprego efeito-renda, que passou a corresponder, na nova metodologia, a mais de 2/3 do resultado total, enviando assim as análises.

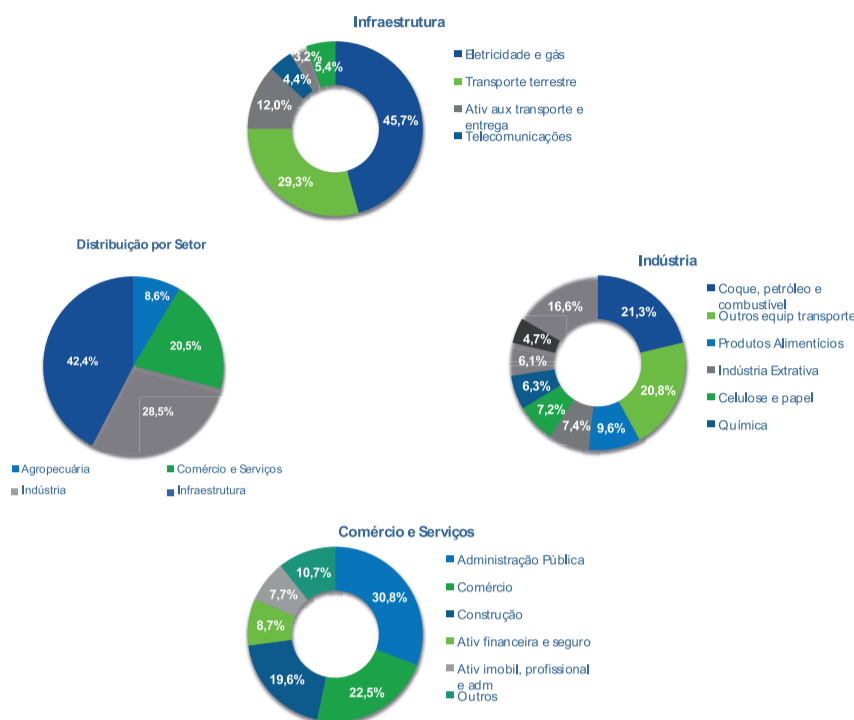
<sup>2</sup> Ao contrário do modelo anterior, no qual os setores impactados pelos projetos eram estimados com base nos usos dos Quadros de Usos e Fontes para projetos de Finem e nos setores dos fabricantes de bens de capital, o modelo atual utiliza uma Matriz de Absorção de Investimentos, que distribui o investimento fixo setorial em demanda média por produtos da Formação Bruta de Capital Fixo.

TJLP e Dólar são os principais indexadores da carteira de crédito, respondendo, respectivamente, por 94,8% da carteira em moeda nacional\* e 94,4% da carteira em moeda estrangeira.

\*Inclui operações equalizadas pelo TN.



Carteira Bruta de Crédito e Repasses por Setor



Qualidade da Carteira de Crédito e Repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar a gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível.

Classificação de Risco da Carteira de Crédito e Repasses

30 de junho de 2016

Níveis de Risco	Sistema BNDES	SFN <sup>1 2 3</sup>	Instituições Financeiras Privadas <sup>2 3</sup>	Instituições Financeiras Públicas <sup>2 3</sup>
AA - C	97,7%	91,3%	89,6%	92,7%
D - G	2,2%	5,6%	6,4%	4,9%
H	0,1%	3,1%	4,0%	2,4%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

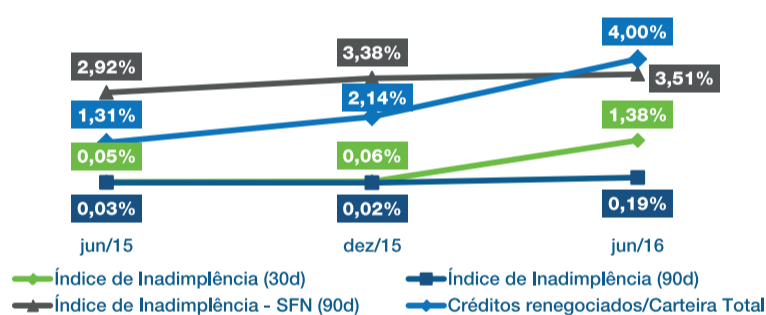
<sup>1</sup> Sistema Financeiro Nacional

<sup>2</sup> Fonte: BACEN

<sup>3</sup> Em 31 de março de 2016. Última informação disponível.

Os créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, responderam por 97,7% da carteira total em 30 de junho de 2016, percentual superior aos 91,3% registrados pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) para 31 de março de 2016 (última data disponível), porém inferior aos 99,4% registrados em 31 de dezembro de 2015.

Inadimplência e Renegociação (%)



O índice de inadimplência do Sistema BNDES (30 d) atingiu 1,38% em 30/6/16, registrando elevação diante de 2015 (0,06%), enquanto o índice de inadimplência (90d) passou de 0,02% em 2015 para 0,19% em 30/6/16. Apesar disso, no comparativo com o SFN, a inadimplência do Sistema BNDES, seja para 30 ou para 90 dias, é uma das menores e mantém-se inferior à média do SFN, que também apresentou crescimento no semestre.

O baixo índice de inadimplência reflete a gestão e a qualidade da carteira de crédito e repasses, acima da média do SFN, a consistência das políticas operacionais e, sobretudo, o papel do BNDES como banco de desenvolvimento: a concessão de financiamento com taxas de juros e prazos compatíveis aos projetos de longa maturação.

O volume de renegociações no período de doze meses encerrado em 30/6/16 atingiu 4,0% da carteira, um aumento expressivo diante dos 2,14% apurados em 31 de dezembro de 2015. O principal impacto decorreu da suspensão temporária da cobrança de parcelas cujo devedor solicitou recuperação judicial, seguido de empréstimos ponte renovados em função da garantia e cronograma finais dos respectivos projetos ainda se encontrarem em fase de avaliação.

O índice de cobertura, "colchão" que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito cobre os créditos inadimplentes, alcançou 7,1 em 30/6/16.

Caixas e Equivalentes de Caixa

Representam a aplicação das disponibilidades do Sistema BNDES, cujo aumento de 131,9% no semestre é fruto do retorno de R\$ 41,0 bilhões da carteira de crédito e do recebimento de R\$ 7,4 bilhões em direitos de equalização do TN no 1S16.

Títulos e Valores Mobiliários

Compreende, basicamente, debêntures e títulos públicos, que representavam 16,2% e 81,8%, respectivamente, da carteira em 30/6/16. As debêntures representam uma das formas de apoio financeiro do BNDES. A carteira, que alcançou R\$ 17.716 milhões em 30/6/16, é composta por investimentos de R\$ 8.106 milhões em debêntures simples e R\$ 9.610 milhões em debêntures conversíveis/permutáveis.

Créditos perante o Tesouro Nacional

Referem-se basicamente a valores a receber do Tesouro Nacional decorrentes da equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e, principalmente, PSI.

A redução de 21,2% no 1S16 reflete o pagamento de R\$ 7.388 milhões em equalizações relativas ao período de 2013 a 2S15, com o efeito quase integralmente absorvido pelo reconhecimento de R\$ 5.730 milhões de valores a receber referentes ao 1S16.

O PSI, principal programa com mecanismo de equalização, e que representava 79,7% do saldo de equalizações a receber em 30/6/16, foi encerrado em 31/12/15.

Participações Societárias

Compreendem, basicamente, ações aportadas como capital no BNDES pela União, participações societárias de caráter minoritário e transitório que buscam apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais, bem como fortalecer e modernizar o mercado de capitais brasileiro, fundos mútuos de investimentos em participações e outros investimentos.

Em 30/6/16, do total da carteira de participações societárias, 75,5% eram investimentos em sociedades não coligadas, 21,7%, em sociedades coligadas, e os 2,8% em fundos mútuos de investimentos em participações e outros investimentos.

Os investimentos em sociedades coligadas, nas quais o BNDES tem poder de influência nas decisões financeiras e/ou operacionais, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo valor justo e, em casos excepcionais, pelo custo de aquisição.

A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R\$ 58.797 milhões em 30/6/16, um aumento de 12,2% no semestre provocado pela valorização, da ordem de R\$ 8.438 milhões, da carteira de participações em sociedades não coligadas, notadamente ações da Petrobras, Eletrobras e Vale.

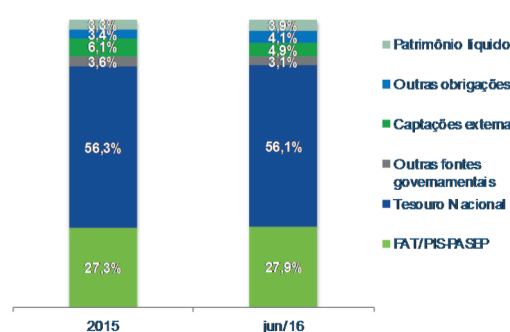
O *impairment* de R\$ 5.150 milhões no 1S16 não alterou significativamente o saldo da carteira de participações societárias, dado que ela já se encontra registrada pelo valor justo, em contrapartida ao patrimônio líquido. O registro do *impairment* se deu pela reclassificação do patrimônio líquido para o resultado da parcela da perda considerada permanente.

Outros Ativos

A redução de R\$ 2.706 milhões (7,8%) no 1S16 decorreu da queda de R\$ 2.953 milhões dos créditos tributários decorrentes dos efeitos sobre a recuperação do valor justo das carteiras de participações em sociedades não coligadas e de títulos e valores mobiliários.

Fontes de Recursos

Na composição de suas fontes de recursos, o BNDES conta com 3,9% de recursos próprios e 96,1% de recursos de terceiros, com destaque para as fontes governamentais, que representavam 87,1% do passivo total em 30/6/16.



Tesouro Nacional (Repasse e Instrumentos Elegíveis a Capital Principal)

Desde 2010, com o crescimento dos repasses de recursos, o Tesouro Nacional se tornou a principal fonte de recursos do BNDES, responsável por 56,1% do passivo total em 30 de junho de 2016.

Do passivo total com o TN em 30/6/16, R\$ 36.613 milhões (7,0%) correspondem a instrumentos elegíveis a capital principal, que compõe o Patrimônio de Referência e cuja remuneração está atrelada a fatores como a existência de lucro contábil e o montante de dividendos pago ao acionista, e R\$ 488.259 milhões (93,0%) correspondem a operações de repasses, sendo 98,7% dessas operações atreladas à TJLP.

Não houve captações de novos recursos do TN no 1S16.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo PIS-Pasep

O saldo de recursos do FAT no BNDES encerrou o 1S16 em R\$ 226.795 milhões. Desse total, R\$ 212.889 milhões constituíram o saldo do FAT Constitucional e R\$ 13.906 milhões, o saldo do FAT Depósitos Especiais.

No 1S16, ingressaram R\$ 10.953 milhões de recursos novos oriundos do FAT, um volume 3,2% superior ao do mesmo semestre de 2015, dos quais R\$ 10.606 milhões como FAT Constitucional e R\$ 347 milhões como FAT Depósitos Especiais.

Em 30/6/16, o passivo com o Fundo PIS-Pasep totalizava R\$ 33.971 milhões destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico e social. Desde a criação do FAT em 1988, o Fundo PIS-Pasep não recebe novos aportes de recursos.

Outras Fontes Governamentais

Compreendem recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) e de outros fundos financeiros e de desenvolvimento. A redução de 11,4% no semestre foi provocada pelo efeito da desvalorização de 17,8% do Dólar no passivo com o FMM.

Captações Externas

Representadas por repasses de instituições multilaterais, emissão de bonds e empréstimos sindicalizados, que, juntos, totalizaram R\$ 45.637 milhões em 30/6/16, uma redução de 19,3% no semestre provocada pela desvalorização de 17,8% do Dólar.

Não houve captações de recursos de instituições multilaterais nem emissão de bonds no 1S16.

Outras Obrigações

Do total das outras obrigações em 30/6/16, 47,6% se referem a captações via Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e a tributos diferidos.

O crescimento de R\$ 5.815 milhões (20,5%) no semestre decorreu dos aumentos de R\$ 3.068 milhões (47,2%) do passivo em LCA e de R\$ 2.970 milhões (80,0%) dos tributos diferidos, reflexo do aumento do valor justo das carteiras de participações em sociedades não coligadas e de títulos e valores mobiliários.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido cresceu R\$ 5.883 milhões (19,0%) no 1S16 devido ao efeito de R\$ 5.142 milhões, líquido de tributos, decorrente da valorização da carteira de participações societárias em não coligadas, que absorveu o prejuízo líquido de R\$ 2.174 milhões no semestre.

Remuneração ao Acionista

Não houve pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio ao acionista no 1S16.

Fluxo de Recursos

Pelas características de longo prazo das principais fontes de recursos do BNDES (todas governamentais), bastante superior ao giro médio dos ativos de crédito, o retorno das operações de crédito (recebimento de serviços de crédito, sem distinção das fontes de recursos originais) se apresenta como fonte importante e suficiente para o atendimento ao orçamento de desembolsos dos próximos anos.

No 1S16, assim com em 2015, o retorno das operações de crédito foi a principal fonte de recursos do Sistema BNDES para o orçamento de desembolsos e de investimentos.

Resultado da Intermediação Financeira

É o produto da intermediação financeira líquido dos efeitos da provisão para risco de crédito.

Produto da Intermediação Financeira

É o resultado das aplicações em disponibilidades e nas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários.

O produto da intermediação financeira atingiu R\$ 12.235 milhões no 1S16, um aumento de R\$ 2.465 milhões (25,2%) em relação ao mesmo semestre de 2015 decorrente de: (i) gestão dos recursos de tesouraria, intensificada pelo aumento das disponibilidades resultante do pagamento de R\$ 7,4 bilhões em direitos de equalização pelo TN no 1S16 e do retorno de R\$ 41 bilhões da carteira de crédito; e (ii) elevações sucessivas da taxa do PSI em 2014 e 2015.

Provisão para Risco de Crédito

A despesa com provisão para risco de crédito atingiu R\$ 4.438 milhões no 1S16, superior à despesa de R\$ 480 milhões no 1S15, e foi determinada por importantes ajustes de reclassificação de risco na carteira de crédito e repasses, que refletem o cenário econômico brasileiro no 1S16.

O crescimento de R\$ 176 milhões da receita com recuperação de crédito entre os semestres reduziu o impacto do elevado volume de ajustes de classificação de risco no 1S16.

Resultado com Participações Societárias

Compreende receita com dividendos e juros sobre capital próprio, resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas (*impairment*) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

O prejuízo de R\$ 4.924 milhões com participações societárias no 1S16 teve origem na despesa com perdas por *impairment*, que atingiu R\$ 5.150 milhões no 1S16 (R\$ 1.155 milhões no 1S15).

O reconhecimento das perdas com *impairment* no 1S16 foi realizado com base em modelo de avaliação econômico-financeira, e foram motivados pelo fato das respectivas ações terem atingido parâmetros indicativos de perdas permanentes previstos na Política de Participações Societárias. Do total registrado, R\$ 851 milhões se referem a perdas na carteira de coligadas e R\$ 4.299 milhões, a perdas na carteira de não coligadas. Ver Nota Explicativa 13.

Despesas Tributárias

Compreendem, em quase sua totalidade, tributos federais como PIS-Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado ajustado antes dos impostos.

A redução de R\$ 1.058 milhões (22,1%) é explicada pelo prejuízo líquido de R\$ 2.174 milhões no 1S16, contra um lucro líquido de R\$ 3.515 milhões no 1S15.

Outras Despesas, líquidas

Compreende atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, provisões trabalhistas e civis, entre outras.

O crescimento das rubricas como um todo determinou o aumento de R\$ 241 milhões (21,9%) das outras despesas, líquidas entre o 1S15 e o 1S16, com destaque para o ajuste de R\$ 170 milhões decorrente da conversão de resultado de controlada no exterior.

Informação por Segmento

Os ativos e resultado por segmento de negócios do BNDES foram definidos em função de suas atividades de: (i) financiamento (renda fixa); (ii) mercado de capitais (renda variável); e (iii) tesouraria.

Composição dos Segmentos

- "Renda Fixa": inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, às carteiras de operações de crédito e repasses e de debêntures;
- "Renda Variável": inclui ativos, receitas e custos de captação atrelados à carteira de renda variável, que inclui participações societárias e fundos mútuos de investimentos e participações; e
- "Tesouraria": inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, à gestão das disponibilidades.

O BNDES avalia o desempenho de seus segmentos com base no resultado alocado. As receitas operacionais se originam integralmente de clientes externos, não havendo operações entre os segmentos.

As despesas tributárias são monitoradas de forma centralizada, sem alocação aos segmentos. As diferentes carteiras estão sujeitas a distintas cargas tributárias, sendo a carteira de renda variável sujeita à menor carga relativa.

Segmento	1S15				1S16			
	Ativos (A)	%	Resultado (B)	%	Ativos (A)	%	Resultado (B)	%
Renda Fixa	720.317	80,0%	7.506	77,3%	677.688	74,2%	5.789	179,5%
Renda Variável	69.399	7,7%	(686)	-7,1%	60.124	6,6%	(5.813)	-180,2%
Tesouraria	110.161	12,2%	2.889	29,8%	177.172	19,4%	3.249	100,7%
<b>Alocado</b>	<b>899.877</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.709</b>	<b>100,0%</b>	<b>914.984</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.225</b>	<b>100,0%</b>
Não alocado	11.576		(6.194)		20.239		(5.399)	
<b>Total</b>	<b>911.453</b>		<b>3.515</b>		<b>935.223</b>		<b>(2.174)</b>	

Resultado e Ativos por Segmento

A adequada gestão dos recursos de renda fixa e de tesouraria ganha maior relevância para assegurar o retorno dos recursos aplicados na medida em que o resultado de participações societárias apresenta declínio expressivo face ao montante de provisão para perdas registrada.

A redução dos resultados de renda fixa e de renda variável é explicada pelo volume de provisões constituído no 1S16.

Geração e Distribuição de Valor

Importante indicador de avaliação do papel social, a demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, a contribuição da instituição na geração de riqueza para economia na qual está inserida e de sua efetiva distribuição entre empregados, governo, agentes financiadores e acionistas.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES no 1S16 foi de R\$ 2.384 milhões, 73,8% inferior aos R\$ 9.087 milhões no mesmo semestre de 2015, em razão do prejuízo líquido de R\$ 2.174 milhões no 1S16.

GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

No âmbito das atividades desempenhadas para apoiar o aprimoramento dos controles internos e do gerenciamento de riscos do Sistema BNDES, destacaram-se no 1S16:

Compliance

- desenvolvimento de ações voltadas à implementação de um Programa de *Compliance*; e
- implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de *compliance*.

Controles Internos

- aplicação da abordagem de avaliação dos princípios de controles internos nos processos de trabalho de todas as unidades fundamentais do BNDES, permitindo identificar oportunidades de melhoria e planos de ação para endereçá-las; e
- identificação e inclusão de controles nos fluxos de processos que estão sendo mapeados, que já permitiu um aumento substancial na base corporativa de controles.

Risco Operacional

- conclusão do 2º ciclo de avaliação e mensuração de riscos operacionais e agregação dos resultados na matriz de riscos;
- desenvolvimento de metodologia específica para identificação e avaliação de riscos de fraude;
- desenvolvimento de ações para aperfeiçoamento dos critérios para priorização de processos no âmbito do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios;
- estruturação de projeto para proposição de metodologia de avaliação de risco reputacional; e
- realização de estudo para definição de limites de tolerância ao risco operacional.

Riscos de Mercado e de Liquidez

- desenvolvimento de teste de estresse prospectivo (cenários);
- apoio à implantação do módulo de risco de mercado e liquidez do S14;
- levantamento de opções de comportamento presentes nas operações do BNDES; e
- teste de novas metodologias de apreamento de debêntures conversíveis e derivativos isolados de renda variável.

Risco de Crédito

- inclusão de autoavaliação de capital com base em modelos internos no relatório ICAAP;
- consolidação do processo de cálculo e divulgação interna do Índice de Créditos Reestruturados; e
- aprimoramento da série histórica usada para as estimativas dos parâmetros de risco estatísticos.

Gestão de Riscos em Números

Em 30 de junho de 2016, o BNDES apresentou valores confortáveis para os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil: o Índice de Basileia totalizou 16,07%, enquanto os Índices de Capital Principal e de Capital de Nível I totalizaram 10,72%, respeitando, portanto, os valores mínimos exigidos pelo regulador.

R\$ milhões, exceto percentuais

Recursos próprios e Basileia	Basileia II		Basileia III		
	2012	2013	2014	2015	jun/16
<b>Patrimônio de Referência - PR</b>	<b>89.599</b>	<b>108.669</b>	<b>97.851</b>	<b>94.997</b>	<b>105.390</b>
= Capital Nível I (NI)	48.633	72.446	65.234	63.331	70.260
(+) Capital Principal (CP)	-	60.418	65.234	63.331	70.260
(+) Capital Complementar (CC)	-	12.028	-	-	-
(+) Capital Nível II	41.176	36.223	32.617	31.666	35.130
(-) Deduções do PR	211	-	-	-	-
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)*</b>	<b>582.214</b>	<b>580.237</b>	<b>615.706</b>	<b>644.332</b>	<b>655.626</b>
= Risco de Crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	538.280	545.944	575.861	601.621	566.147
(+) Risco de Mercado (RWA <sub>MPAD</sub> )	27.071	23.257	28.055	16.981	59.673
(+) Risco Operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	16.863	11.036	11.790	25.730	29.806
Risco de Juros da Carteira Bancária (R <sub>WJM</sub> )	2.347	2.278	2.383	3.568	4.623
<b>Índice de Basileia / Índice de PR (PR/RWA)</b>	<b>15,39%</b>	<b>18,73%</b>	<b>15,89%</b>	<b>14,74%</b>	<b>16,07%</b>
<b>Índice de Capital Principal (CP/RWA)</b>	<b>-</b>	<b>10,41%</b>	<b>10,59%</b>	<b>9,83%</b>	<b>10,72%</b>
<b>Índice de Capital Nível I (NI/RWA)</b>	<b>-</b>	<b>12,49%</b>	<b>10,59%</b>	<b>9,83%</b>	<b>10,72%</b>

\*Por conta das novas regras de Basileia III introduzidas em 2013, em particular as da Resolução CMN nº 4.193/13, para fins comparativos, o valor do RWA (Risk-Weighted Assets) em 2012 corresponde ao valor do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), divulgados em notas explicativas, divididos pelo fator 0,11.

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório de Gestão de Riscos, disponível em [www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Relacao\\_Com\\_Investidores/Relatorio\\_Gestao\\_Riscos/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Gestao_Riscos/).

## GESTÃO DA ÉTICA

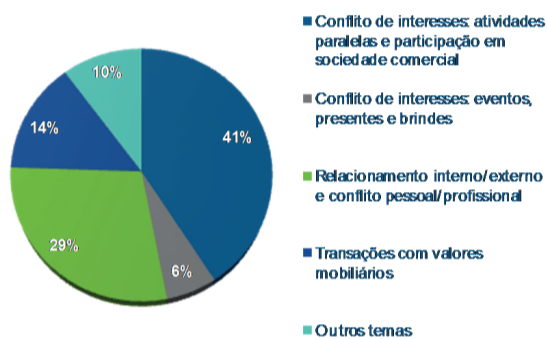
A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculada à Presidência do BNDES.

O Código de Ética e o Regimento Interno do Sistema BNDES, além de outros normativos internos e externos, orientam a gestão da ética através de ações de natureza educativa e preventiva, da atualização e aperfeiçoamento de normas e da aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Dentre as atividades conduzidas pela Comissão de Ética do Sistema BNDES no 1S16, destacamos a realização de palestra ministrada por seu então Presidente, no Curso de Prevenção e Resolução de Conflitos de Interesses, desenvolvido pela Controladoria Geral da União - CGU em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, e os aprimoramentos ao Código de Ética do Sistema BNDES, que incorporou aspectos trazidos pela Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses) e pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e contou com a participação de todo o corpo funcional através de sugestões formuladas por ocasião de consulta pública interna.

No 1S16, a CET/BNDES procedeu à abertura de 49 Procedimentos Preliminares, sendo 29 consultas ou pedidos de autorização para o exercício de atividades paralelas, 11 denúncias ou representações, incluindo análises "de ofício", e nove atendimentos. As consultas foram respondidas, com exceção de uma que está em andamento, e as denúncias foram apreciadas ou estão em fase final de apreciação preliminar.

Perfil dos Procedimentos Preliminares

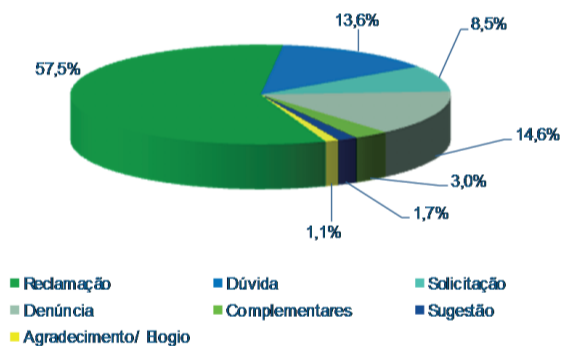


## OUVIDORIA

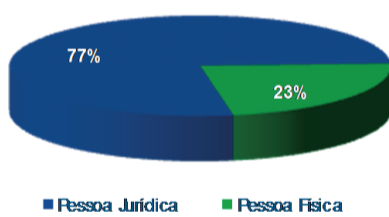
A Ouvidoria proporciona ao cidadão um canal de participação ativa junto à Administração do BNDES. Visando auxiliar a melhoria das práticas da Instituição, a Ouvidoria participa dos fóruns internos de discussão, disseminando as informações colhidas no tratamento das demandas mais recorrentes dos cidadãos.

No 1S16, a Ouvidoria recebeu e deu tratamento, em cooperação com as diversas áreas do Banco, a 705 manifestações, com acréscimo de 1,6% na demanda semestral.

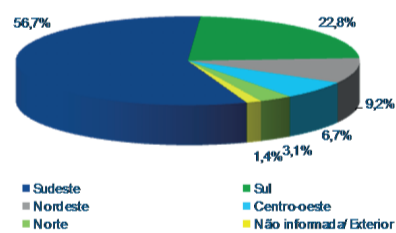
Tipo de Manifestação



Personalidade Jurídica



Região



## BNDES TRANSPARENTE

Na manutenção do seu firme compromisso com a transparência de sua atuação, o BNDES busca estreitar seu relacionamento com seus diversos públicos através das seguintes iniciativas:

### Canais de Atendimento

Central de Atendimento

Atendimento ao público externo quanto aos assuntos relacionados aos produtos, serviços e demais questões relacionadas às atividades operacionais do Sistema BNDES, através dos canais: telefônico (0800 702-6337), correspondência e e-mail (formulário eletrônico disponível em [www.bndes.gov.br/faleconosco](http://www.bndes.gov.br/faleconosco)).

No 1S16, foram realizados cerca de 251.300 atendimentos, sendo 89% por meio telefônico. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento, 94% dos que responderam consideraram o atendimento EXCELENTE ou BOM. Esses números evidenciam a preferência do público externo pelo meio telefônico e sua satisfação com o serviço prestado.

Atendimento Presencial

Canal de diálogo direto com clientes e público em geral, que presta orientação empresarial nos seus escritórios de Belém, Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. No 1S16, foram realizados 431 atendimentos presenciais.

Desse total, 153 atendimentos foram realizados no escritório do Rio de Janeiro, com a maioria do público identificado como micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e pessoas físicas. Dentre as linhas de financiamento recomendadas, destacam-se o Cartão BNDES, BNDES Progeren e o BNDES Microcrédito, além do BNDES Automático e BNDES Finame. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento, 99% dos respondentes consideraram o atendimento presencial um importante canal no esclarecimento de dúvidas. O serviço prestado pela equipe responsável pelo atendimento também foi bem avaliado na pesquisa, com um índice de satisfação acima de 98%.

Ainda no 1S16, o BNDES participou com estande próprio em sete feiras e exposições, tendo prestado 717 atendimentos.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Responsável pelo tratamento dos pedidos de informação no âmbito da Lei de Acesso à Informação, o SIC oferece atendimento através dos canais: presencial (no escritório do Rio de Janeiro), telefônico (0800-887-6000), correspondência, e-mail ([sic@bndes.gov.br](mailto:sic@bndes.gov.br)) ou através do Sistema e-SIC ([www.acessoainformacao.gov.br/sistema/](http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/)).

No 1S16, o SIC recebeu 340 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais. Destes pedidos, apenas 3% foram reapresentados como recursos em 1ª instância.

Relações com Investidores

Atendimento a demandas de informações financeiras do Sistema BNDES através do e-mail [ri@bndes.gov.br](mailto:ri@bndes.gov.br).

Também é disponibilizado um cadastro aos interessados em receber, por e-mail, informações financeiras do Sistema BNDES como demonstrações financeiras, informes econômico-financeiros, apresentações institucionais, entre outras. O cadastro é realizado no site, na página [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Relacao\\_Com\\_Investidores/Informacoes\\_Financeiras/cadastro\\_ri.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Informacoes_Financeiras/cadastro_ri.html), e está disponível em Português, Inglês e Espanhol. Atualmente o cadastro conta com 1.367 inscritos.

A seção Relação com Investidores deu mais um passo em direção à maior transparência das informações financeiras: divulgação das séries históricas, de forma consolidada e organizada, com informações sobre posição financeira, resultados, indicadores de retorno, carteira de crédito e capital regulatório do Banco desde 2002. Dentre os dados, constam, por exemplo, o ativo total, patrimônio líquido, lucro líquido e o histórico das fontes de recursos do BNDES.

As informações são disponibilizadas em formato de planilha eletrônica, facilitando o acesso e a comparação dos dados pelo público. Assim, o BNDES se alinha às melhores práticas internacionais de divulgação de informações, alcançando um detalhamento das informações divulgadas superior ao exigido pela legislação brasileira.

### Palestras Institucionais

O BNDES recebe a visita de delegações e de grupos de estudantes de instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras sobre a economia brasileira e sobre atuação do BNDES, o que evidencia a relevância do Banco como um dos principais atores no desenvolvimento nacional.

No 1S16, foram realizadas 18 apresentações institucionais - em português, inglês e espanhol - para um público total de 407 visitantes.

### Palestras "O BNDES Mais Perto de Você"

Realização de eventos em parceria com postos de informações e também com outras instituições, cujo objetivo é a divulgação das formas de financiamento do BNDES oferecidas ao segmento de micro, pequenas e médias empresas.

No 1S16, foram realizadas 12 palestras, distribuídas em nove estados, atingindo um público total de 1.693 presentes. A pesquisa voluntária de avaliação da palestra questionou a probabilidade de recomendação da palestra para outra pessoa. O resultado, numa escala de 0 a 10, alcançou a média de 8,92, com 66% das notas concentradas nas gradações 9 e 10, que pode ser considerado um público essencialmente promotor do evento.

### Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais

O sítio do BNDES recebeu, no 1S16, cerca de 1,3 milhões de visitantes únicos - uma audiência mensal média de 216 mil. A taxa de rejeição recuou 3,3% em relação ao semestre anterior e 10,9% em relação ao 1S15. Isso indica um maior número de pessoas navegando por mais de uma página ao entrar no site e se aprofundando nas informações - resultado do aprimoramento constante das seções e páginas.

Também houve aumento de visualizações dos canais e perfis oficiais do Banco nas redes sociais online - o canal do BNDES no YouTube ([youtube.com/bndesgovbr](http://youtube.com/bndesgovbr)) recebeu cerca de 143 mil visualizações no semestre, registrando um grande salto em relação às 38 mil visualizações do semestre anterior e às 74 mil visualizações do 1S15. O canal registrava total de 1.865 inscritos no início de julho.

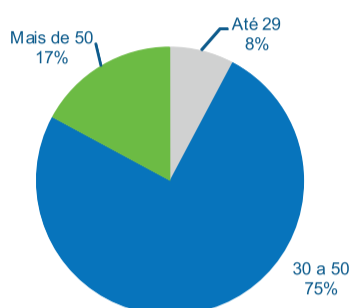
Durante este período, os demais perfis seguiram divulgando informações relevantes para a sociedade, por meio de notas no Twitter (@bndes\_imprensa), das apresentações disponíveis no Slideshare ([slideshare.net/bndes](http://slideshare.net/bndes)) e do Facebook.

## GESTÃO DE PESSOAS

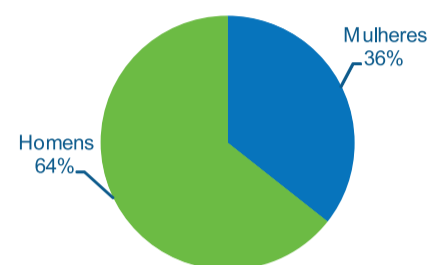
O BNDES encerrou o 1S16 com 2.820 empregados e, devido às suas políticas de benefícios e de desenvolvimento de pessoal, continuou apresentando baixas taxas de rotatividade. Somente 2% dos empregados se desligaram no período.

### Perfil do Corpo Funcional

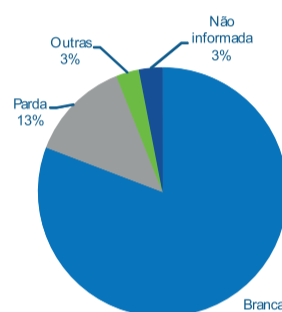
Faixa Etária (Em anos)



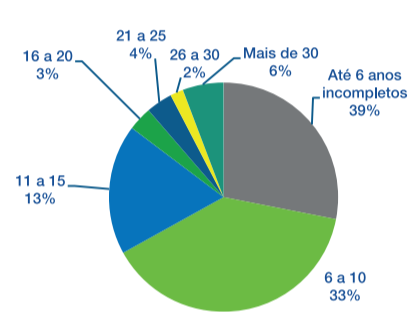
Gênero



Raça



Tempo de Serviço (Em anos)



### Aprendizado e Conhecimento

No 1S16, o BNDES deu continuidade às ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados. Nesse período, impulsionado pela necessidade de promover o desenvolvimento de competências a fim de atender às crescentes demandas da organização, o Banco investiu aproximadamente R\$ 8,7 milhões em treinamentos, programas de certificação e de idiomas, além de cursos de pós-graduação, no Brasil e no exterior, totalizando 107.490 horas de treinamento, que resultou em uma média de 38 horas de treinamento por empregado, com destaque para 52 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação.

No segmento de treinamentos customizados, foram realizadas 45 turmas sobre os mais diversos temas, computando-se ao todo 1.002 inscrições em cursos com grande aderência entre conteúdo programático e demandas de trabalho. Destaca-se, o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) que, durante o semestre, finalizou suas duas turmas iniciais e iniciou outras três turmas, totalizando a participação de 171 gerentes. O curso, com duração de 100 horas, oferece uma abordagem prática e inclui temas como sustentabilidade, gestão pública, ética, estratégia e gestão de pessoas.

### Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada por um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 369 estagiários, que cumprem jornada de 4 horas diárias. O Programa oferece, além da bolsa-auxílio, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

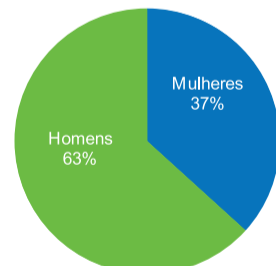
Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. Os aprendizes devem ser maiores de 14 e menores de 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental.

Atualmente o Programa conta com 32 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópias, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

### Valorização da Diversidade

O BNDES tem compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação no seu ambiente de trabalho e nas instituições da sua cadeia de relacionamento.

Tal compromisso encontra-se em sua Missão, em sua Declaração de Valores, em seu Código de Ética e foi reafirmado recentemente por meio da edição de uma Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade. Ser reconhecido como uma empresa inclusiva, capaz de compreender e atender às necessidades da sociedade constitui uma das principais diretrizes dessa Política.



A distribuição das funções gratificadas entre os empregados do Sistema BNDES está em linha com o perfil de gênero de seu quadro de colaboradores (63% homens, 37% mulheres), evidenciando tratamento equânime na distribuição dessas funções.

Como ações específicas desenvolvidas no 1S16, destacam-se:

- Assinatura de Termo de Compromisso à implementação da 6ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça;
- Participação do BNDES no 1º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas (ABRAFH);
- Parceiro cultural do 6º Rio Festival de Gênero e Sexualidade no Cinema (RioFGC 2016);
- Realização do debate Cinema, Gênero e Sexualidade sem Fronteiras, com a presença de cineastas e representantes da causa LGBTI;
- Palestra interna de sensibilização para a inclusão de pessoas com deficiência com os atletas Mari Christina Santilli e Fernando Cowboy Rufino, da equipe brasileira de paracanoagem;
- Concessão ao corpo funcional de: (i) abono de dois dias para acompanhamento em consultas médicas e exames complementares durante a gravidez de sua esposa ou companheira e de até um dia por ano para acompanhar filho(a) de até seis anos completos em consulta médica (Lei 13.257/16); e abono de até uma hora diária para empregados (as) com filho(a) com patologia grave limitante das funções orgânicas e do desenvolvimento neuropsicomotor, até a criança completar três anos;
- Veiculação de matérias sobre participação e atuação do BNDES em prol da diversidade nos canais internos de comunicação;
- Aprovação do aditivo de contrato com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) para abranger a contratação de estagiários com deficiência, conjuntamente com a elaboração e validação do plano de implementação da inclusão desses estagiários, com início de um piloto na Área de Administração e Recursos Humanos; e
- Avaliação das condições ambientais de acessibilidade do Edserj e Ventura, com elaboração de relatório final e nota técnica pelo Serviço de Saúde e Medicina do Trabalho (SESMT).

## RATING

Agência de Rating	Emissão de longo prazo em moeda estrangeira		Emissão de longo prazo em moeda local	
	Rating escala global	Perspectiva	Rating escala global	Perspectiva
Moody's	Ba2	Negativa	Ba2	Negativa
S&P	BB	Negativa	BB	Negativa

## CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento" em 30/6/16, no montante de R\$ 8.392 milhões, o equivalente a 5,4% da carteira líquida de títulos e valores mobiliários.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.



**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015**  
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		18.614.280	42.490.378	21.317.862	45.508.850
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
· Moeda nacional		21.834.997	18.437.318	19.489.899	16.127.820
· Moeda estrangeira		(17.345.533)	15.994.826	(17.250.597)	16.311.306
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários		11.832.889	6.057.196	12.874.058	6.841.946
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	27.2	1.817.644	1.577.108	5.730.219	5.803.848
Rendas com administração de fundos e programas		474.283	423.930	474.283	423.930
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		(12.710.316)	(35.180.397)	(13.521.058)	(36.218.542)
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
· Moeda nacional		(26.251.479)	(19.896.840)	(26.687.488)	(20.840.652)
· Moeda estrangeira		14.475.497	(14.795.430)	14.374.922	(14.744.295)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	3.190.243	(383.773)	3.220.397	(383.773)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	27.2	(4.465)	(1.392)	(5.077)	(16.026)
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	(4.119.695)	(362.382)	(4.438.193)	(480.097)
Reversão (constituição)		(4.267.869)	(541.606)	(4.658.748)	(661.416)
Recuperação de créditos baixados		148.174	179.224	220.555	181.319
Resultado da carteira de câmbio		(417)	259.420	14.381	246.301
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		5.903.964	7.309.981	7.796.804	9.290.308
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		(4.756.403)	(1.082.880)	(6.827.553)	(1.522.873)
Resultado com equivalência patrimonial	13	(2.785.312)	73.159	(197.580)	217.669
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		373.828	372.943	385.516	317.652
Amortização de ágios		-	-	(17.607)	-
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos	13	(789.609)	-	(5.150.417)	(1.155.318)
Receita de dividendos		-	-	248.438	163.722
Receita de juros sobre o capital próprio		-	1.789	7.580	174.031
Resultado com alienações de títulos de renda variável		-	24	618.539	973.981
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	(640.600)	(259.194)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		-	-	(75.731)	(46.845)
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		-	-	283.149	37.391
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		(685)	(3.731)	(53.704)	(24.489)
Despesas tributárias		(419.611)	(415.620)	(578.248)	(526.393)
Despesas com pessoal		(560.262)	(489.431)	(794.540)	(751.819)
Despesas administrativas		(205.492)	(170.611)	(282.996)	(242.314)
Outras receitas operacionais		18.921	14.584	52.658	121.402
Outras despesas operacionais		(388.181)	(465.986)	(632.010)	(522.359)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		1.147.561	6.227.101	969.251	7.767.435
Imposto de renda	21	(1.703.362)	(1.549.887)	(2.221.797)	(2.211.956)
Contribuição social	21	(1.429.784)	(964.647)	(1.737.155)	(1.275.215)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	21.2	(188.342)	(197.999)	815.774	(765.696)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>		(2.173.927)	3.514.568	(2.173.927)	3.514.568
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÃO (R\$ / AÇÃO)</b>		(0,346514)	0,560206		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016**  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Reserva para margem operacional	Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital		De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2016	36.340.506	2.849.813	201.355	2.107.894	1.779.222	(12.986.468)	700.965	-	30.993.287
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	8.597.462	(540.873)	-	8.056.589
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	(2.173.927)	(2.173.927)
Em 30 de junho de 2016	36.340.506	2.849.813	201.355	2.107.894	1.779.222	(4.389.006)	160.092	(2.173.927)	36.875.949
Mutações no semestre	-	-	-	-	-	8.597.462	(540.873)	(2.173.927)	5.882.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015**  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Reserva para margem operacional	Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital		De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2015	36.340.506	2.539.887	201.355	1.224.604	1.559.753	(9.597.053)	(1.531.560)	-	30.737.492
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	2.011.658	1.764.888	-	3.776.546
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	3.514.568	3.514.568
Em 30 de junho de 2015	36.340.506	2.539.887	201.355	1.224.604	1.559.753	(7.585.395)	233.328	3.514.568	38.028.606
Mutações no semestre	-	-	-	-	-	2.011.658	1.764.888	3.514.568	7.291.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015**  
(Em milhares de reais)

	BNDES		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.147.561	6.227.101	969.251	7.767.435
Ajustes que não afetam as disponibilidades	7.572.276	932.034	11.423.031	2.289.561
Constituição (reversão) da provisão para crédito de liquidação duvidosa e recuperação de créditos baixados	4.119.695	362.382	4.438.193	480.097
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	685	3.731	53.704	24.489
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	-	-	5.150.417	1.155.318
Resultado de participações em coligadas e controladas	2.785.312	(73.159)	197.580	(217.669)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável	-	-	640.600	259.194
Depreciação	8.760	10.910	12.971	17.018
Amortização de ágios	-	-	17.607	-
Juros e atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures e letras de crédito do agronegócio	657.824	628.170	911.959	571.114
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	28.772.394	(13.456.273)	24.919.154	(16.074.683)
· (Aumento) / diminuição líquido em créditos por financiamento	35.126.812	(21.023.837)	43.694.608	(16.859.061)
· (Aumento) / diminuição líquido em títulos e valores mobiliários	(1.637.358)	(5.903.319)	(968.797)	(6.049.489)
· (Aumento) / diminuição líquido nas demais contas do ativo	1.645.497	273.850	1.734.298	(1.074.059)
· Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(9.040.563)	27.497.474	(9.055.099)	25.565.861
· Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	12.033.973	(8.576.606)	22.950	(11.862.516)
· Aumento / (diminuição) líquido nas demais contas do passivo	(944.647)	423.811	(1.041.374)	(178.211)
· Juros pagos de empréstimos e repasses	(4.154.099)	(5.106.342)	(4.143.788)	(3.443.589)
· IR e CSLL pagos	(4.257.221)	(1.041.304)	(5.323.644)	(2.173.619)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais</b>	37.492.231	(6.297.138)	37.311.436	(6.017.687)
<b>Atividades de investimentos</b>				
· Adições ao imobilizado	(11.948)	(5.803)	(12.057)	(5.803)
· Adições ao intangível	(3.492)	-	(3.492)	-
· Baixas do imobilizado	-	157	-	614
· Compra de investimentos	-	-	(90.939)	(168.637)
· Venda de investimentos	-	-	1.437	791.396
· Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	-	-	430.523	269.492
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	(15.440)	(5.646)	325.472	887.062
<b>Atividades de financiamentos</b>				
· Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	7.037.400	12.009.945	7.037.400	12.009.945
· Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio	3.981.026	2.749.852	3.981.026	2.749.852
· Amortização das obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.417.978)	-	(1.417.978)	-
· Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(384.890)	(398.550)	(524.406)	(1.408.629)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	9.215.558	14.361.247	9.076.042	13.351.168
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	46.692.349	8.058.463	46.712.950	8.220.543
Modificação na posição financeira				
<b>Início do semestre</b>	32.613.221	5.595.224	35.403.346	7.878.953
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	32.613.221	5.595.224	35.403.346	7.878.953
<b>Final do semestre</b>	79.305.570	13.653.687	82.116.296	16.099.496
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	79.305.570	13.653.687	82.116.296	16.099.496
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	46.692.349	8.058.463	46.712.950	8.220.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015**  
(Em milhares de reais)

	BNDES		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
<b>RECEITAS</b>	14.887.323	42.515.558	17.485.594	46.379.234
Intermediação financeira	18.614.280	42.490.378	21.317.862	45.508.850
Outras receitas	392.738	387.562	605.925	1.350.481
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.119.695)	(362.382)	(4.438.193)	(480.097)
<b>DESPESAS</b>	(8.979.481)	(35.287.742)	(9.768.586)	(36.528.777)
Intermediação financeira	(8.590.621)	(34.818.015)	(9.082.865)	(35.738.448)
Outras despesas	(388.860)	(469.727)	(685.721)	(790.329)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	(957.212)	(131.947)	(5.378.942)	(1.301.954)
Materiais, energia e outros	(29.437)	(25.358)	(36.762)	(33.113)
Serviços de terceiros	(138.166)	(106.589)	(191.763)	(150.914)
Perda de valores ativos	(789.609)	-	(5.150.417)	(1.117.927)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	4.950.630	7.095.869	2.338.066	8.548.503
<b>RETENÇÕES</b>	(8.760)	(10.910)	(12.971)	(17.018)
Depreciação	(8.760)	(10.910)	(12.971)	(17.018)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	4.941.870	7.084.959	2.325.095	8.531.485
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	(2.785.312)	74.948	58.438	555.422
Resultado de equivalência patrimonial	(2.785.312)	73.159	(197.580)	217.669
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	1.789	256.018	337.753
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	2.156.558	7.159.907	2.383.533	9.086.907
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	2.156.558	7.159.907	2.383.533	9.086.907
Pessoal e encargos	493.638	430.948	696.673	659.914
· Remuneração direta	331.128	296.679	461.343	453.562
· Benefícios	137.819	112.383	199.546	172.681
· FGTS	24.513	21.718	35.526	33.412
· Outros	178	168	258	259
Impostos, taxas e contribuições	3.812.296	3.191.242	3.824.608	4.876.310
· Federais	3.799.894	3.178.142	3.809.360	4.859.898
· Estaduais	-	18	-	28
· Municipais	-	-	-	-
Aluguéis	12.402	13.082	15.248	16.384
Lucros e prejuízos retidos	24.551	23.149	36.179	36.115
	(2.173.927)	-100,8%	(2.173.927)	-91,2%
		3.514.568	49,1%	3.514.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Fernando de Magalhães Furlan – Presidente  
Maria Sílvia Bastos Marques – Vice-Presidente  
Vagner Freitas de Moraes  
José Constantino de Bastos Junior  
José Eduardo Martins Cardozo  
José Aldo Rebelo Figueiredo  
Francisco Gaetani  
Miguel Soldatelli Rossetto  
Dyogo Henrique de Oliveira  
William George Lopes Saab

#### CONSELHO FISCAL:

Marco Antônio de Oliveira  
Jaime Silva Herzog  
Vinicius Mendonça Neiva  
Francisco Arruda Vieira de Melo Filho – Suplente  
Priscila Grecov – Suplente

#### COMITÊ DE AUDITORIA:

Eustáquio Coelho Lott  
Attilio Guaspari  
Paulo Roberto Vales de Souza

#### DIRETORIA:

Maria Sílvia Bastos Marques – Presidente  
Cláudia Pimentel Trindade Prates  
Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos  
Ricardo Baldin  
Ricardo Luiz de Souza Ramos  
Vinicius do Nascimento Carrasco  
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade  
Claudio Coutinho Mendes

#### SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:

Selmo Aronovich

#### CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

João Carlos Fernandes Luzio - CRC-RJ 050587/O-0

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES  
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Base para opinião com ressalva

O Banco registrou na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, em 30 de junho de 2016 e de 2015, desvalorização de investimentos em ações ordinárias e preferenciais de dois emissores (dois emissores em 2015), com base no valor de mercado dessas ações, as quais estão classificadas na categoria disponível para venda. Do total dessa desvalorização, no semestre findo em 30 de junho de 2016, o Banco considerou parte desta desvalorização como perdas de caráter permanente,

nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, das quais, o montante líquido dos respectivos efeitos tributários de R\$ 554.972 mil (R\$ 714.627 mil em 2015) foi mantido no patrimônio líquido, conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tem por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que as perdas de caráter permanente sejam reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem. Conseqüentemente, o lucro líquido, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2016, está apresentado a maior em R\$ 554.972 mil (R\$ 714.627 mil em 2015) líquidos dos respectivos efeitos tributários.

#### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 30 de junho de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelo Banco Central do Brasil, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior  
Contador CRC RJ-083314/O-7



## PARECER N.º03 / 2016 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2016 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 08/08/16, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES, em 30/6/16, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao semestre encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária, exceto nos casos abrangidos pela Resolução CMN nº 4.175/2012.

Rio de Janeiro (RJ), 10 de agosto de 2016

Marco Antonio de Oliveira

Francisco Arruda Vieira de Melo Filho

Vinicius Mendonça Neiva

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

### 1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o caput do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, é composto por três membros, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

### 2- ATIVIDADES

Durante o primeiro semestre de 2016, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias que vêm sendo tratadas no âmbito do Comitê, destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, desempenhadas por uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como pelo Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretária executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à aplicação das normas internacionais de elaboração de demonstrações financeiras *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico;
- estrutura da rentabilidade das operações do Sistema, tanto no que diz respeito às operações de empréstimos e financiamentos como nas operações no mercado de capitais;
- acompanhamento dos trabalhos relativos à estrutura de gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Internal Capital Adequacy Assessment Process - Icaap*), conforme previsto na Resolução BACEN nº 3.988, de 30 de junho de 2011;
- acompanhamento dos estudos relacionados ao Patrimônio de Referência e das variáveis e políticas, como a distribuição de dividendos, que afetam esse Patrimônio, bem como os riscos de não cumprimento do cronograma de enquadramento ao limite de exposição por cliente, em particular da Petrobrás, nos termos da Resolução CMN nº 4.430/15;
- avaliação de riscos relacionados a operações de financiamento de bens e serviços no exterior;
- acompanhamento do atendimento às demandas formuladas, pela Câmara dos Deputados, no âmbito de Comissão Parlamentar de Inquérito, que teve por objeto o BNDES, instalada em agosto de 2015 e encerrada em fevereiro de 2016; e
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da KPMG, empresa que presta serviços de auditoria independente para o Sistema BNDES. Nessas reuniões foram analisados e discutidos os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A - BNDESPar e a Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões com os auditores independentes ocorreram quando da análise das demonstrações do exercício findo em 2015, bem como quando da análise das demonstrações do primeiro trimestre e primeiro semestre de 2016.

Desde 2010, a BNDESPar apresenta suas demonstrações financeiras segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, de conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em atenção a que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, individual e consolidada, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Ocorre que o BACEN ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis. Adicionalmente, o BNDES tem obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras anuais segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS. Essa divulgação se dá no site do BNDES.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Entre os títulos constantes dessa carteira, destacam-se as ações da Petrobrás, do Grupo Vale e da Eletrobrás.

Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, no grupo de Títulos e Valores Mobiliários, e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo, com contrapartida das variações em conta do Patrimônio Líquido - PL. Essa mudança acarretou, no exercício de sua adoção (2010), uma grande majoração no valor da carteira (R\$ 43,3 bilhões) e no PL (R\$ 29,4 bilhões), e, para os exercícios seguintes, uma volatilidade nas contas envolvidas.

No exercício de 2015, esta carteira sofreu uma desvalorização de R\$ 8,8 bilhões acompanhando as cotações da Bolsa de valores, contribuindo assim, para uma redução de R\$ 5,2 bilhões, líquidos dos efeitos tributários, no Patrimônio Líquido, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Por outro lado, no primeiro semestre de 2016, essa mesma carteira sofreu uma valorização acumulada de R\$ 8,4 bilhões, destacando-se a variação positiva da Petrobras de R\$ 6,3 bilhões no semestre. Isso contribuiu para um aumento de R\$ 5,1 bilhões no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial

O parecer da KPMG, relativo ao primeiro semestre de 2016, foi emitido com ressalva, decorrente do disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 4.175/12. A Resolução excepcionaliza o tratamento contábil relativo ao ajuste a valor de mercado, *impairment*, das ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União, para aumento de capital, e classificadas na categoria "Disponível para Venda".

Segundo referida Resolução, aquele ajuste deve ser apresentado em conta destacada no Patrimônio Líquido, denominada "Ajuste de Avaliação Patrimonial", incluindo as perdas que forem consideradas permanentes, e transitarem pelo Resultado do exercício apenas quando da venda ou transferência desses títulos.

Por outro lado, as práticas contábeis, adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que têm por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que as perdas de caráter permanente sejam reconhecidas no Resultado do período em que ocorrerem.

Nas demonstrações de 30 de junho de 2016 foi registrado na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, um ajuste negativo no montante de R\$ 555 milhões líquido de efeitos tributários, correspondente à perda de caráter permanente

em investimentos relativos a dois emissores, cujas ações estão classificadas na categoria disponível para venda, conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional.

No exercício de 2015, esse reajuste foi de R\$ 2,7 bilhões, líquido de efeitos tributários, correspondente à perda de caráter permanente em investimentos relativos a três emissores. No exercício de 2014 esse valor foi de R\$ 1,6 bilhão e correspondeu a ajuste no investimento de um único emissor. Dessa forma, caso a referida Resolução não fosse aplicada, os valores de que se trata transitariam pelas contas de Resultado, e o Lucro Líquido do primeiro semestre de 2016 e dos exercícios de 2015 e 2014 estaria reduzido em R\$ 0,6 bilhão, R\$ 2,7 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente.

No primeiro semestre de 2016, destacam-se os seguintes aspectos:

- Ativo Total do Sistema BNDES de R\$ 935,2 bilhões, composto por: R\$ 646,9 bilhões (69,2%) em Operações de Créditos e Repasses; R\$ 155,2 bilhões (16,6%) em Títulos e Valores Mobiliários; e R\$ 133,1 bilhões (14,2%) em Outros Ativos. O Patrimônio Líquido, de R\$ 36,9 bilhões, corresponde a 3,9% do Ativo Total.
- O Resultado Líquido do semestre foi um prejuízo de R\$ 2,2 bilhões, o que equivale a um retorno negativo de -0,23 % do Ativo Total Médio e -5,43 % do Patrimônio Líquido Médio. Este resultado foi afetado, principalmente, por despesas com provisão para perdas em investimentos (*impairment* de R\$ 3,3 bilhões, líquido de tributos) e com Provisões para Risco de Crédito atípicas (R\$ 4,4 bilhões), reflexo do cenário econômico brasileiro. A perspectiva é de que, até o final do exercício, esse resultado negativo seja revertido.
- No primeiro semestre de 2016 houve o registro de perdas por *impairment* na carteira de Títulos e Valores Mobiliários, no valor de R\$ 5,1 bilhões, com reflexo líquido no Resultado (descontados os tributos) de R\$ 3,3 bilhões, dos quais R\$ 2,0 bilhões referem-se à Petrobras.
- Durante o exercício de 2015, as perdas por *impairment* atingiram o valor de R\$ 9,1 bilhões que, líquidos dos efeitos tributários, correspondiam a R\$ 5,7 bilhões. Desse último total, R\$ 4,5 bilhões foram decorrentes de investimentos na Petrobras.
- No primeiro semestre de 2016 foram feitas Provisões para Risco de Crédito em montante bastante superior aos valores históricos. As provisões, incluindo operações de crédito e outros ativos, foram de R\$ 4,4 bilhões, correspondente a 89,8% do saldo existente em dezembro de 2015. Dessa forma, o saldo da conta de Provisões para Risco de Crédito passou de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 9,3 bilhões. As provisões feitas no primeiro semestre de 2016 estão concentradas em cinco clientes, que respondem por 62,9% do total, sendo que um dos clientes responde por 36,8% das provisões feitas.
- No exercício de 2015, a despesa com provisão foi no valor de R\$ 1,5 bilhão e estava pulverizada em diversas empresas, acompanhando o crescimento da carteira.
- Desde o exercício de 2015, inclusive, não houve novas captações de recursos junto ao Tesouro Nacional, sendo que no período de 2008 a 2014 foram captados R\$ 438,5 bilhões.
- Os Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal, que até dezembro de 2014 eram apresentados no Patrimônio Líquido, estão computados, apenas para efeito de apresentação, em uma conta do Passivo, conforme determinado pelo Ofício BCB/Desup nº 6323/2015, de 29 de abril de 2015.
- No primeiro semestre de 2016, não houve pagamento de remuneração ao acionista e/ou remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal
- Em 2015 ocorreu o pagamento de remuneração ao acionista no valor de R\$ 4,8 bilhões, dos quais R\$ 3,3 bilhões a título de dividendos intermediários sobre o lucro apurado no balanço de 30/06/2015 e R\$ 1,4 bilhão a título de dividendos complementares relativos ao lucro apurado no exercício de 2014. Adicionalmente, foi paga a remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal - IECF, referente ao exercício de 2014, no valor de R\$ 1,0 bilhão.
- Esses pagamentos, líquidos dos efeitos tributários (quando aplicáveis), tiveram impacto negativo sobre o Capital regulatório do BNDES da ordem de R\$ 6,7 bilhões e, conseqüentemente, sobre o limite de exposição por cliente, o que agravou a situação de excesso de exposição em relação à Petrobras e Vale.
- A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, que em 2015 havia sofrido uma desvalorização de R\$ 8,8 bilhões, em função das cotações na Bolsa de Valores, no primeiro semestre de 2016 teve uma valorização de R\$ 8,4 bilhões, conforme já relatado. Os resultados dessas variações, deduzidos os efeitos tributários, afetam diretamente o Patrimônio Líquido, não transitando pelas contas de Resultado.
- Receita com dividendos e Juros sobre o capital próprio de R\$ 0,3 bilhão.
- Resultado com alienação de investimentos no valor de R\$ 0,6 bilhão, com destaque para BRASKEM e KLABIN, que contribuíram com 98,9 % do resultado com alienação.
- Recebimento, do Tesouro Nacional, de encargos de equalização de juros, no valor de R\$ 7,4 bilhões, no primeiro semestre de 2016, sendo R\$ 3,4 bilhões pelo BNDES e R\$ 4,0 bilhões pela Finame. Como evento subsequente, registre-se que, em julho de 2016, foram pagos R\$ 5,7 bilhões adicionais, sendo R\$ 1,8 bilhão para o BNDES e R\$ 3,9 bilhões para a FINAME.
- No exercício de 2015, esses recebimentos atingiram R\$ 30,6 bilhões, sendo R\$ 8,6 bilhões pelo BNDES e R\$ 22,0 bilhões pela Finame;
- Em 2015, o BNDES negociou com o Tesouro Nacional a liquidação antecipada de dívidas no montante de R\$ 28,3 bilhões, visando a redução do seu endividamento com a União. Deste montante, R\$ 15,8 bilhões foram pagos em dezembro de 2015 e R\$ 12,5 bilhões em janeiro de 2016.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 97,7% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 91,3% no Sistema Financeiro Nacional - SFN.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basileia de 16,1% em 30/06/2016 (contra 14,7%, 15,9%, 18,7%, 15,4% e 20,6%, em dezembro de 2015, 2014, 2013, 2012 e de 2011, respectivamente), quando o mínimo é 10,5%; Índice de Exposição Cambial de 8,0%, quando o teto máximo é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 24,2% (28,3%, 26,2%, 17,5%, 21,2% e 16,3% em dezembro de 2015, 2014, 2013, 2012 e 2011, respectivamente), contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 11,7% sendo que o limite máximo é 50%.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2016.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2016.

Paulo Roberto Vales de Souza  
Coordenador

Attilio Guaspari  
Membro

Eustáquio Coelho Lott  
Membro